



Rodrigo Teixeira (à esquerda, de gravata vermelha) e Paulo Picchetti (terceiro da direita para a esquerda), os novos diretores do Banco Central, participam de sua primeira reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), nesta quarta-feira (31). Raphael Ribeiro/Infopagina

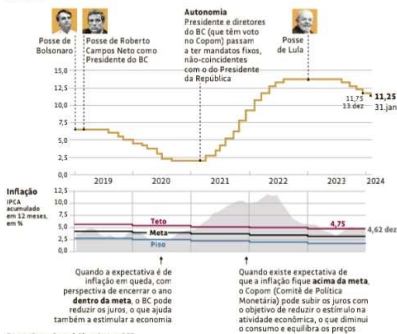
## BC corta juro em mais 0,5 ponto, para 11,25% ao ano, e sinaliza manter ritmo

Em decisão esperada, Copom reduz taxa básica pela quinta vez consecutiva, na mesma magnitude

Renato Machado

### Evolução da taxa básica de juros

Em % ao ano



Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBC

BRASÍLIA O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira (31) por unanimidade reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros (Selic), para 11,25% ao ano, e manter a sinalização por cortes da mesma magnitude nas próximas reuniões.

Dessa forma, o comitê preservou o ritmo de afrouxamento monetário aplicado desde agosto passado — mesmo com a entrada no BC de mais dois diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a pressão de parte do PT por uma redução maior. Os novos diretores concordaram que cortes de 0,5 ponto nas próximas reuniões são adequados para a cédula de alívio na Selic, segundo o comunicado, todos eles "avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo de desinflacionário".

Os novos diretores são Paulo Picchetti e Rodrigo Teixeira, que assumiram seus cargos no dia 2 de janeiro e participaram do Copom pela primeira vez nesta semana. Os indicadores por Lula no BC agora são quatro (considerando também Gabriel Calipso e Altoni de Aquino Santos), de um total de nove membros da diretoria — que inclui o presidente

do BC, Roberto Campos Neto. Entre os trechos que o Copom decidiu manter no texto divulgado nesta quarta, está o que defende que o governo persiga as metas para as contas públicas já apresentadas. "Tendo em conta a impor-

tância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequentemente, para a condução da política monetária, o comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas",

disse o texto, repetindo o trecho dos comunicados anteriores. Entre as poucas novidades trazidas em relação ao comunicado de dezembro, o Copom acrescentou, ao analisar o ambiente externo, que permanece em fatores de risco — como pressões inflacionárias globais e resiliência na inflação de serviços.

da pelo debate sobre o início da queda dos juros nas principais economias. Para o colegiado, o cenário ainda exige "cuidado por parte de países emergentes".

Apesar de manter as projeções para inflação em seus cenários de referência, em 3,5% em 2024 e 2,5% em 2025, o Copom modificou levemente as expectativas para os preços administrados — de 4,5% para 4,2% em 2024 e de 3,6% para 3,8% em 2025.

O colegiado também acrescentou a expressão "em grau maior" ao se referir a 2025 quando analisa a capacidade de a inflação ficar ao redor das metas. De acordo com o comunicado, a decisão desta quarta é compatível com a estratégia de convergência para o objetivo traçado para o ano de 2024 e "em grau maior", para o de 2025.

De qualquer forma, o Copom afirma que o país está em trajetória de desinflação. Ainda assim, aponta que permanecem fatores de risco — como pressões inflacionárias globais e resiliência na inflação de serviços.

A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, expectativas de inflação com reatendimento apenas parcial a um cenário global desafiador, de demanda serena e moderada na condução da política

monetária. O comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. Análises apontam, antes do encontro que um novo corte de 0,5 seria a medida adotada, considerando os indicadores recentes de inflação. De acordo com o boletim Focus, divulgado na terça-feira (30), o mercado espera que o IPCA termine 2024 em 3,8% — na semana anterior, a previsão era de 3,86%.

O ciclo de alívio monetário começou após a taxa básica de juros ter passado por 12 altas consecutivas, de março de 2021 a agosto de 2022, respondendo ao aumento nos preços de alimentos, energia e combustíveis. Depois disso, ela ficou congelada no patamar de 13,75% ao ano até agosto do ano passado.

A economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, afirma que tanto o corte de 0,5 ponto percentual como o comunicado do Copom ficaram dentro do esperado. Uma janela para possível aceleração na redução da Selic, argumenta, havia acontecido em dezembro, quando os indicadores de inflação havia surpreendido positivamente. No entanto, mesmo naquele momento o comitê optou por um tom mais conservador.

De lá para cá, a gente não viu novas surpresas de baixa para justificar a reabertura dessa discussão. Então o BC está firme nesse plano de voto. Na minha opinião, é um ritmo conservador e cauteloso. O cenário é mais benigno tanto pela inflação de custos quanto as medidas subsquentes de serviços. E a gente ainda está com um patamar de Selic muito elevado em 11,25% ao ano.

A economista, por outro lado, acredita que essa postura conservadora pode abrir espaço para mais cortes no restante do ano. "Nesse ritmo mais cauteloso que o BC vem adotando, vai ter um espaço maior para cortar ao longo do ano. Então os cortes de 0,5, na minha opinião, são mais de dois. E pontualmente a gente pode ter uma Selic abaixo do que o mercado espera", completa.

Ela ainda discorda sobre o comunicado do Copom referente aos preços no exterior (de acordo com o texto, "níveis de inflação permanecem em níveis elevados em diversos países").

A economista vê a situação melhor em relação aos meses anteriores, sem que isso possa atrapalhar os planos do comitê futuramente. Acrescenta, por outro lado, que um possível fator de risco para os preços internos podem ser eventuais estimulações do governo para impulsionar o consumo.

Continua na pag. A14

## Para a Selic cair mais rápido

Inflação para 2025 está na meta, na conta do BC, que mantém ritmo de cortes

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Relações da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A inflação de 2022 deve chegar à meta, segundo as contas do Banco Central. O IPCA do ano que vem seria de 2,5%, um percentual acima do objetivo de 3%, segundo o "cenário de referência" do BC, mesma projeção de dezembro.

Qual é a base desse "cenário"? Espera-se que a Selic, a taxa básica de juros, baixe os seus 9% ao ano em meados de setembro e por aí permaneça até dezembro (é a atual mediana das projeções de economistas de "o mercado"). Que os preços de dólar e petróleo se comportem como projetou

o BC, embora apenas os céus saibam o que será dessas coisas. Que o preço da eletricidade siga sob "bandeira verde". Isso quer dizer que a Selic real, descontada a inflação, está perto dos 6% no final deste 2022, se ficar estacionado por aí. E, portanto, um decréscimo econômico. Para o cotidiano do cidadão comum que pega emprestimos quaisquer, quer dizer que vai ser possível notar diferença maior no arrocho apenas a partir de lá pela metade do ano.

Não houve novidade maior no comunicado em que o BC

informou a sua decisão de baixar a Selic de 11,25% ao ano para 11,25%. Nas próximas duas reuniões, afiora sacolejos maiores, e Selic cairá no mesmo ritmo, para 10,25%.

No atacado do mercado de dinheiro, onde, grosso modo, se definem as taxas de empréstimo para o governo, o piso dos juros, a inércia é parecida. As taxas de prazo maior do que dois anos caíram apenas um pouco em relação a agosto de 2023, quando o BC começou a diminuir a Selic. A taxa real de juros de um ano está em 6% ao ano na praça do mercado.

Como tem estado abito, os donos do dinheiro esperam saber: 1) o que vai ser da taxa de juros nos EUA (que influencia o piso dos juros por aqui); 2) o que vai ser da meta fiscal de Lula e da arrecadação de impostos. Isto é, quem quiser se apegar à meta de "deficit zero" será grande e qual o tamanho do déficit, dadas a disposição (ou não) do governo de conter gastos e a arrecadação federal, que foi mal no ano passado.

O BC reafirmou, ali, que a manutenção da meta de "deficit zero" é essencial: "...o comi-

tê reafirma a importância da firme persecução dessas metas". Uma situação fiscal menos perturbadora deve reduzir expectativas de inflação por aqui, caso não haja confusão nos EUA ou outro acidente.

O mercado "ainda espera inflação de 3,8% em 2024 e de 3,5% em 2025 (ou ao menos isso é parte do preço que cobra para manter seus ativos em reais e que está na base das contas do custo do dinheiro). Se houver medida maior na meta fiscal, vai dar bexiga.

Em resumo, afiora desastres ou milagres, não vamos saber de grande novidade até lá por março. A próxima decisão do BC sobre a Selic ocorre em 22 de março, mas talvez apenas em 8 de maio (na reunião seguinte) a turma se sinta confortável de alterar sua perspectiva.

O BC tem dado ênfase à situação internacional, com uma visão um tanto mais uti-

lística. O primeiro parágrafo do comunicado desta quarta (31) trata do "ambiente externo". Isto é, das idas e vindas dos humores dos donos mundiais do dinheiro grosso e respeito do que será da inflação no mundo rico e de quando pode sobreviver um corte de juros nos EUA. Esse "cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes".

Mais adiante, lê-se no comunicado que "...a conjuntura, em particular devido ao cenário internacional, segue incerta e exige cautela na condução da política monetária". Dos 4 fatores de risco (de alta ou de baixa da inflação) citados, 3 dizem respeito à economia internacional.

Por quem acha que isso possa fazer diferença, recorde-se que, agora, 4 dos 9 integrantes da direção do BC são nomes indicados por Lula. A decisão desta quarta foi unânime.

vinicius.torres@folha.com.br